



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS E FORMAÇÃO DE CADASTRO
RESERVA DA FUNDAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE NITERÓI

EDITAL Nº 01/2023

Cargo: Contador	NÍVEL	TURNO	CÓDIGO
	SUPERIOR	TARDE	104

**CADERNO DE QUESTÕES
INSTRUÇÕES AO CANDIDATO**

- Confira se o **Caderno de Questões** recebido está de acordo com o **Cargo** ao qual está concorrendo. Caso haja divergência, notifique imediatamente ao fiscal. A inobservância deste item poderá implicar na eliminação do candidato.
- Confira se constam do **Caderno de Questões**, de forma legível, **50 (cinquenta)** questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
- Confira se no **Cartão de Respostas** recebido os seus dados estão corretos. Caso afirmativo, assine-o e transcreva a frase para o exame grafotécnico no campo apropriado. Leia atentamente as instruções para seu preenchimento. No caso de divergência, notifique imediatamente ao fiscal.
- Assinale no **Cartão de Respostas**, com **caneta de tinta azul ou preta**, apenas uma opção, caso contrário, será atribuída pontuação zero à questão da prova que contiver mais de uma resposta assinalada ou nenhuma resposta assinalada, emenda ou qualquer tipo de rasura.
- O tempo disponível para realizar esta prova, incluindo o preenchimento do **Cartão de Respostas**, é de no mínimo, **uma hora e trinta minutos**, e de no máximo, **quatro horas**.
- O candidato só poderá portar sobre a mesa a caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas**, não sendo permitido fazer uso de qualquer outro objeto para assinalar as respostas ou para efeito rascunho.
- **Evite a eliminação no concurso.** Se estiver portando: celular, instrumento auxiliar para cálculo ou desenho, qualquer dispositivo eletrônico que sirva de consulta ou comunicação, mantenha-os acondicionados no envelope de segurança, fornecido pelo fiscal de sala, lacrado e devidamente desligados no caso de aparelhos de comunicação.
- O candidato poderá levar o seu **Caderno de Questões**, faltando **uma hora** para o término da prova, com a devida permissão da equipe de fiscalização.
- É de responsabilidade do candidato entregar ao fiscal de sala, o **Cartão de Respostas** devidamente assinado e com a frase para o exame grafotécnico contida na Capa do Caderno de Questões, transcrita no Campo apropriado. A não entrega implicará a sua eliminação no Concurso.
- No caso de dúvida, solicite esclarecimento à equipe de aplicação.

BOA PROVA

**FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO
QUADRO “EXAME GRAFOTÉCNICO”**

Feliz daquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina

Tópico: Conhecimentos Específicos

01 O Decreto nº 14.744/2023, que dispõe sobre os procedimentos de Auditoria Interna Governamental, estabelece que o planejamento da auditoria deve considerar as seguintes atividades, entre outras consideradas relevantes, que devem ser devidamente documentadas. Assinale a opção INCORRETA.

- (A) Elaboração do programa de trabalho.
- (B) Definição do objetivo e do escopo do trabalho.
- (C) Análise do objeto da auditoria, após a conclusão dos trabalhos.
- (D) Alocação da equipe de auditoria.
- (E) Designação do auditor responsável pela coordenação dos trabalhos.

02 De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

- (A) preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; recursal e de homologação.
- (B) de divulgação do edital de licitação; preparatória; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; recursal e de homologação.
- (C) preparatória; de divulgação do edital de licitação; de julgamento; de habilitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; recursal e de homologação.
- (D) preparatória; de divulgação do edital de licitação; recursal; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação e de homologação.
- (E) preparatória; de divulgação do edital de licitação; de julgamento; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de habilitação; recursal e de homologação.

03 A Lei nº 10.406/2002, que institui o Código Civil, estabelece que, para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. Porém, segundo a referida lei,

uma fundação somente poderá constituir-se para fins específicos de

- (A) saúde, defesa militar e assistência social.
- (B) educação, defesa militar e atividades religiosas.
- (C) saúde, educação e segurança alimentar e nutricional.
- (D) cultura, associação esportiva e pesquisa científica.
- (E) assistência social, associação esportiva e promoção da ética.

04 A NBC CTSP 01, que dispõe sobre o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação das provisões e as divulgações exigidas de passivos contingentes, estabelece os procedimentos para o reconhecimento desses passivos. Considerando o disposto pela citada norma, assinale a opção INCORRETA.

- (A) O uso de estimativas é parte essencial da contabilidade sob o regime de competência e não prejudica a confiabilidade das demonstrações contábeis. No caso das provisões, o reconhecimento de passivos por estimativa é especialmente aplicável, em razão de maiores incertezas envolvidas.
- (B) Uma provisão não deve ser reconhecida quando não for possível realizar uma estimativa confiável acerca do valor da obrigação. Nesse caso, deve ser efetuada a divulgação (em Nota Explicativa) como um passivo contingente oriundo de uma obrigação presente, com impossibilidade de mensuração com suficiente confiabilidade.
- (C) Pode não ser suficientemente claro se existe ou não uma obrigação presente. Nesses casos, devem ser consideradas todas as evidências disponíveis para se determinar se a obrigação é provável, pois, do contrário, deve ser divulgado um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de demandar uma saída de recursos.
- (D) Uma provisão só deve ser reconhecida quando forem atendidos os três critérios: a existência de uma obrigação presente; for provável que haverá uma saída de recursos (benefícios econômicos ou potencial de serviço); e possibilidade de realizar uma estimativa confiável.
- (E) A contabilidade em regime de competência determina que os efeitos das transações passivas sejam reconhecidos integralmente nos períodos a que se referem, após confirmado o seu pagamento, mesmo que não seja possível ter certeza do seu prazo de exigibilidade ou mesmo do seu valor total.

05 A Lei nº 4.320/1964 institui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e trata das receitas e despesas públicas. Especificamente sobre a despesa, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Será feito por estimativa o empenho da despesa, cujo montante não se possa determinar.
- (B) Não será permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- (C) Em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
- (D) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
- (E) O fornecimento e a adjudicação de obras e serviços serão regulados em lei, respeitado o princípio da concorrência.

06 Sobre os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG) apresentados na NBC TSP – Estrutura conceitual, analise as seguintes afirmativas.

- I Os RCPGs são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a. Os RCPGs são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.
- II Alguns usuários da informação contábil podem ter a prerrogativa de exigir a elaboração de relatórios para atender às suas necessidades específicas. Mesmo que esses usuários identifiquem que a informação fornecida pelos RCPGs seja útil aos seus propósitos, esses relatórios não são elaborados especificamente para atender a essas necessidades.
- III Os RCPGs podem compreender múltiplos relatórios, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil. Os RCPGs abrangem as demonstrações contábeis, incluindo as suas notas explicativas. Os RCPGs abrangem também a apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

IV O alcance da elaboração e divulgação da informação contábil estabelece o limite relacionado às transações e outros eventos e atividades que podem ser reportados nos RCPGs. O alcance dos relatórios é determinado pela necessidade de informações dos usuários primários dos RCPGs e pelos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil.

Considerando as afirmativas acima analisadas, assinale a opção correta.

- (A) Verdadeiras apenas I, II e III.
- (B) Verdadeiras apenas II, III e IV.
- (C) Verdadeiras apenas I, II e IV.
- (D) Todas verdadeiras.
- (E) Todas falsas.

07 A NBC TSP – Estrutura Conceitual aborda as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs). Assinale a opção correta que contém as características qualitativas da informação incluída nos RCPGs, de acordo com a citada norma.

- (A) Moralidade, compreensibilidade, representação fidedigna, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- (B) Representação fidedigna, impessoalidade, tempestividade, relevância, comparabilidade e verificabilidade.
- (C) Compreensibilidade, relevância, tempestividade, representação fidedigna, comparabilidade e cidadania.
- (D) Relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- (E) Eficiência, representação fidedigna, moralidade, compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.

08 A Lei Complementar nº 101/2001 apresenta definições e estabelece limites para a despesa com pessoal. Segundo essa Lei a despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) meses

- (A) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, somente após o empenho.
- (B) do ano corrente, adotando-se o regime de competência, somente após o empenho.
- (C) do ano corrente, adotando-se o regime de caixa, independentemente de empenho.
- (D) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de caixa, independentemente de empenho.
- (E) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.

09 Todos os entes federativos possuem limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2001 para a despesa total com pessoal. Para os municípios, esse limite é estabelecido em 60% (sessenta por cento) da

- (A) despesa corrente líquida.
- (B) receita corrente líquida.
- (C) receita tributária líquida.
- (D) despesa orçamentária.
- (E) receita orçamentária.

10 A lei que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal determina que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) será publicado em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de alguns demonstrativos.

Um demonstrativo que NÃO compõe o RREO é o:

- (A) Balanço orçamentário.
- (B) Demonstrativo da execução das receitas, por categoria econômica e fonte.
- (C) Demonstrativo da execução das despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.
- (D) Demonstrativo da execução das despesas, por função e subfunção.
- (E) Balanço patrimonial.

11 A periodicidade e o prazo máximo para a publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), assinado pelo Chefe do Poder Executivo, após o encerramento do período, são, respectivamente:

- (A) trimestral – trinta dias.
- (B) trimestral – sessenta dias.
- (C) bimestral – noventa dias.
- (D) quadrimestral – trinta dias.
- (E) quadrimestral – sessenta dias.

12 Considerando o disposto na Lei nº 924/1991, que autorizou o Poder Executivo a criar a Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), avalie as afirmativas abaixo e as classifique como Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

- () A FME terá quadro de Pessoal regido pelo Estatuto do Magistério Municipal e pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.
- () A FME é um pessoa jurídica de direito privado.
- () São recursos da FME as dotações orçamentárias da União, do Estado e do Município a ela destinadas.
- () A FME utilizará seus bens e direitos exclusivamente para a realização dos objetivos.
- () O Poder Executivo não poderá transferir do Patrimônio Público Municipal, para a FME, bens móveis e imóveis imprescindíveis ao seu funcionamento.

Assinale a opção que contém a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V – F – V – V – F.
- (B) V – F – F – V – V.
- (C) F – V – F – V – F.
- (D) V – V – F – F – V.
- (E) F – V – V – F – V.

13 O Decreto nº 14.730/2023, que regulamenta a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito da administração municipal, estabelece que, definido o valor estimado da contratação a ser realizada, o processo administrativo deverá ser remetido ao setor ou órgão responsável pela análise da adequação orçamentária-financeira para manifestação, que, necessariamente, abarca alguns parâmetros:

- I Demonstração de que a despesa pretendida adequa-se à Lei Orçamentária Anual vigente.
- II A elaboração de estudo de impacto financeiro é facultativa no caso de contratação de obras e serviços, cujo cronograma de execução se estenda por mais de um exercício financeiro, com exceção dos serviços de natureza contínua.
- III Elaboração de estudo de impacto financeiro no exercício em que a despesa será criada e nos dois subsequentes, caso o objeto da contratação configure criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental.
- IV Demonstração de que a despesa é compatível com as diretrizes, as metas e os objetivos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual.
- V Deverá ser realizada a respectiva reserva orçamentária no valor que se estima realizar no exercício financeiro em curso, em observância ao princípio do planejamento, somente para casos em que estimativa orçamentária ultrapassar 3% da Receita Corrente Líquida.

Assinale a opção que contém apenas os parâmetros corretos.

- (A) I, III e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, IV e V.

14 Sobre os Princípios Orçamentários descritos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), relacione a primeira com a segunda coluna.

Coluna 1

- 1 – Unidade ou totalidade
- 2 – Universalidade
- 3 – Anualidade ou periodicidade
- 4 – Exclusividade
- 5 – Orçamento bruto
- 6 – Legalidade
- 7 – Publicidade
- 8 – Não vinculação da receita de impostos

Coluna 2

- () Todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa – a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- () Cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar.
- () Delimita o exercício financeiro orçamentário – período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.
- () A LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- () Obriga registra-rem-se receitas e despesas na LOA, pelo valor total, vedando quaisquer deduções.
- () A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

A sequência correta de cima para baixo é:

- (A) 1, 7, 3, 5, 8 e 4
- (B) 1, 6, 3, 2, 5 e 4
- (C) 2, 6, 4, 1, 5 e 8
- (D) 2, 6, 4, 5, 8 e 1
- (E) 2, 7, 4, 1, 5 e 8

15 O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) assim define as receitas orçamentárias: “São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade”. A Lei nº 4.320/1964 define que os itens da discriminação da receita serão identificados por números de código decimal. Convencionou-se denominar esse código de natureza de receita. A classificação por Natureza de Receita Orçamentária é composta por um código de

- (A) cinco dígitos numéricos que representam, na seguinte ordem, a Categoria Econômica, a Espécie, a Origem, os Desdobramentos e o Tipo de Receita.
- (B) cinco dígitos numéricos que representam, na seguinte ordem, a Categoria Econômica, a Origem, a Espécie, os Desdobramentos e o Tipo de Receita.
- (C) cinco dígitos numéricos que representam, na seguinte ordem, a Origem, a Categoria Econômica, a Espécie, os Desdobramentos e o Tipo de Receita.
- (D) oito dígitos numéricos que representam, na seguinte ordem, a Categoria Econômica, a Origem, a Espécie, os Desdobramentos e o Tipo de Receita.
- (E) oito dígitos numéricos que representam, na seguinte ordem, a Categoria Econômica, a Espécie, a Origem, os Desdobramentos e o Tipo de Receita.

16 A Constituição Federal, nos arts. 157, inciso I, e 158, inciso I, determina que pertençam aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o imposto de renda e os proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte, pagos por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) determina como devem ser contabilizados tais valores. Assinale a opção que contém a origem correta desta receita de acordo com o estabelecido no MCASP.

- (A) Receita de Contribuições.
- (B) Transferências Correntes.
- (C) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

- (D) Receita de Serviços.
- (E) Outras Receitas Correntes.

17 Despesas de Exercícios Anteriores são despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento. Sobre tais despesas, analise as afirmativas abaixo, considerando-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F), de acordo com a definição apresentada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

- () Despesas que não se tenham processado na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação.
- () Despesas regularmente empenhadas e liquidadas, porém pendentes de pagamento.
- () Restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor.
- () Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

A sequência correta, de cima para baixo é:

- (A) F – F – V – V.
- (B) F – V – V – F.
- (C) V – F – V – V.
- (D) V – F – F – V.
- (E) F – V – F – V.

18 A Lei nº 4.320/1964 estabelece normas para a Lei de Orçamento. Sobre o disposto na citada lei, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Integrará a Lei de Orçamento o quadro demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas.
- (B) A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.
- (C) A Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo.
- (D) A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do governo e da administração centralizada.
- (E) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

19 A Lei nº 4.320/1964 estabelece rotinas para os serviços de contabilidade dos entes públicos. Com base nessas rotinas, assinale a opção INCORRETA.

- (A) A tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos será realizada ou superintendida somente pelos tribunais de contas.
- (B) Haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública for parte.
- (C) A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.
- (D) Os débitos e créditos serão escriturados com individualização do devedor ou do credor e especificação da natureza, importância e data do vencimento, quando fixada.
- (E) A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.

20 Um município celebrou uma parceria com uma organização da sociedade civil, na qual há a previsão de prestação de contas nos termos da Lei nº13.019/2014. A entidade que prestou contas à administração pública deverá manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas. De acordo com a citada lei, a entidade que prestou contas à administração pública deverá manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas, durante o prazo de

- (A) 5 (cinco) anos, contado do dia útil subsequente à assinatura do termo de colaboração.
- (B) 5 (cinco) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas.
- (C) 8 (oito) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas.
- (D) 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente à assinatura do termo de colaboração.
- (E) 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas.

Tópico: Língua Portuguesa

**“Ser professora é um estilo de vida”
(Wallace Cardozo, Rede Galápagos,
Salvador)**

No Recife, professora diz ter encontrado propósito de vida depois de começar a atuar com educação infantil: “Vou alfabetizar quantas crianças eu puder”



O período de isolamento acabou sendo uma oportunidade para que nós, educadores, buscássemos novas soluções para a sala de aula. Na Internet, encontrei o Polo e resolvi fazer a formação Experiência e Protagonismo: a BNCC na Educação Infantil. Entendi que é preciso envolver a família para garantir o direito à aprendizagem das crianças pequenas.

Pensando nisso, desenvolvi um *podcast*, o . Eu gravava em casa e enviava aos pais e responsáveis. Dessa forma, por menor que fosse seu nível de alfabetização, era possível estimular as crianças em casa.

Enquanto estive fazendo o *podcast*, ainda não havia conhecido a minha turma pessoalmente. Quando finalmente retornamos à modalidade presencial, fiquei surpresa ao perceber que algumas das crianças já liam. O comprometimento da família é fundamental para a aprendizagem, e eu pude perceber isso também dentro de casa. Durante a pandemia, investi muito no incentivo à leitura para os meus dois filhos. Comprei livros e li com eles, que também voltaram à escola lendo.

Além de professora sou gestora do Instituto Mucambo, cuja sede fica no quintal de minha casa. A organização surgiu para formalizar um projeto que outros educadores e eu já realizávamos, chamado Leituras Brincantes. Com crianças em situação de vulnerabilidade, realizamos atividades como mediação de leitura, contação de histórias e distribuição de livros, além de arrecadação e doação de alimentos. No mesmo intuito de envolver as famílias, fazemos periodicamente rodas de leitura com as mães.

Inscrevemos o Instituto Mucambo no programa *Leia com uma criança* e recebemos caixas de livros. Nesse processo, fiz mais uma formação no Polo, dessa vez voltada à mediação de leitura para o público infantil. Gosto dos cursos da plataforma porque são objetivos e práticos. Esse tipo de abordagem é muito importante para professores porque geralmente temos muita vontade de aprender, mas pouco tempo. Usei os livros na escola, no instituto e também em casa. Por aqui, o maior sucesso foi o *Meu crespo é de rainha*. Ao final da leitura, meus filhos perguntaram se o cabelo deles é crespo. Quando eu disse que não, disseram que queriam ter o cabelo crespo.

Alfabetizar é o meu propósito. Em minha trajetória, pretendo ensinar a leitura e a escrita a quantas crianças conseguir. Esse é um direito delas. Fico pensando como seria a minha vida se eu não soubesse ler e escrever. Que perspectiva de vida têm aquelas pessoas que não são alfabetizadas? Foi por meio desse propósito que me encontrei ao começar a trabalhar com a educação infantil.

Antes disso, atuei com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Formada em letras, dava aulas de inglês e de língua portuguesa, até começar a lecionar na rede municipal, em 2016. Eu já entendia que a

alfabetização era uma questão delicada, mesmo sem saber como funciona esse processo. Tive alunos do terceiro ano do ensino médio que não tinham autonomia para escrever.

A educação infantil me fez entender vulnerabilidades, como a pobreza e outras violações de direito. Esses contextos também existiam na realidade dos outros públicos com quem eu trabalhava antes, mas as crianças não mentem. Elas me dizem que estão com fome, ou que passaram a noite trabalhando, ou mesmo que sofreram algum tipo de abuso. Alfabetizar crianças expostas a situações de vulnerabilidade ocasionadas pela pobreza é um desafio enorme.

Desde que tive esse choque de realidade pela primeira vez, busco entender o impacto da pobreza no desenvolvimento cognitivo da criança. Durante a pandemia, por exemplo, enviamos fichas de atividades. Não funcionavam muito bem porque as fichas devem ser a finalização de todo um processo lúdico de ensino e aprendizagem, e os pais não são (nem têm que ocupar o papel de) professores. Uma parcela relevante deles tem um grau de escolaridade muito básico, o que aumentava o desafio.

Ser professora é mais do que uma profissão. É um estilo de vida. Nós pensamos e falamos em educação 24 horas por dia, 7 dias por semana. O Instituto Mucambo, espaço onde posso experimentar, tem me ajudado muito nesse processo. Levo para a escola o que aprendo lá, e vice-versa. Trabalhar com crianças em vulnerabilidade é aprender todos os dias que não dá pra atuar só com um livro na mão numa realidade de insegurança alimentar. Como diz a letra da canção, “a gente quer comida, diversão e arte”.

Disponível em: https://www.itausocial.org.br/noticias/ser-professora-e-um-estilo-de-vida/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiAp5qsBhAPEiwAP0qeJjaATmxip8Xd_91FihDufStbSH1dmUZORUMHWGygoZiMKDvDyE6bdBoCQvUQAvD_BwE. Acesso em 23 dez.2023.

21 Em relação à sintaxe, aponte o período em que o trecho destacado tem função de objeto direto.

- (A) “Durante a pandemia, investi muito no incentivo à leitura para os meus dois filhos.”
- (B) “Antes disso, atuei com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).”
- (C) “Nesse processo, fiz mais uma formação no Polo, dessa vez voltada à mediação de leitura para o público infantil.”

- (D) “Ao final da leitura, meus filhos perguntaram se o cabelo deles é crespo.”
(E) “Ser professora é mais do que uma profissão.”

22 No trecho “Durante a pandemia, investi muito no incentivo à leitura para os meus dois filhos. Comprei livros e li com eles, que também voltaram à escola lendo”, encontram-se duas marcações do fenômeno da crase. É correto afirmar que crase nada mais é que

- (A) o sinal gráfico superposto ao artigo definido que antecede um substantivo feminino.
(B) um recurso utilizado pela autora para desfazer ambiguidades.
(C) um fenômeno fonético que consiste na fusão entre duas vogais iguais.
(D) uma forma de indicar movimento na direção de um lugar ou de algum ser.
(E) a maneira como se deve marcar um adjunto adverbial de lugar.

23 O texto “Ser professora é um estilo de vida” tem claramente a finalidade de esclarecer o leitor por meio da apresentação de um determinado assunto. Em linguagem clara e concisa, o autor desse tipo de texto não tem a pretensão de convencer o leitor, mas apenas manifestar seu ponto de vista, sua ideia. É correto afirmar, então, que esse é um texto do tipo

- (A) descritivo.
(B) expositivo.
(C) narrativo.
(D) injuntivo.
(E) argumentativo.

24 Considerando que o “a”, como palavra, pode ser classificada como artigo definido, preposição ou pronome pessoal, observe as seis ocorrências que se encontram no parágrafo “Alfabetizar é o meu propósito. Em minha trajetória, pretendo ensinar a leitura e a escrita a quantas crianças conseguir. Esse é um direito delas. Fico pensando como seria a minha vida se eu não soubesse ler e escrever. Que perspectiva de vida têm aquelas pessoas que não são alfabetizadas? Foi por meio desse propósito que me encontrei ao começar a trabalhar com a educação infantil”. É correto afirmar que trata-se de

- (A) artigo definido em todas as ocorrências.
(B) artigo na primeira, quarta e quinta ocorrência, preposição na sexta e pronome pessoal na segunda e na terceira.

- (C) pronome pessoal na terceira e na sexta ocorrência, artigo definido na segunda e preposição nas demais.
(D) preposição na terceira e na sexta ocorrência, pronome pessoal na primeira e artigo definido nas demais.
(E) preposição na terceira e na quinta ocorrência, sendo artigo nas demais.

25 De acordo com as regras gramaticais, ao contrário do verbo regular, verbo irregular é aquele que pode não apresentar as mesmas desinências do paradigma da conjugação a que pertence e/ou, em termos fonéticos, pode sofrer alterações no seu radical. Tendo isso em consideração, marque a opção em que todas as formas verbais retiradas do texto pertencem a verbos irregulares.

- (A) *estão – sendo – disseram – quer*
(B) *estão – fiquei – surgiu – disseram*
(C) *fiquei – surgiu – pensamos – acabou*
(D) *pensamos – acabou – quer – posso*
(E) *entendia – acabou – estão – surgiu*

26 No período “Elas me dizem que estão com fome, ou que passaram a noite trabalhando, ou mesmo que sofreram algum tipo de abuso”, observa-se a presença da palavra “que” no papel de conjunção integrante. Tendo ciência disso, marque o trecho em que o “que” destacado tem a mesma classificação.

- (A) “A organização surgiu para formalizar um projeto que outros educadores e eu já realizávamos, chamado Leituras Brincantes.”
(B) “Trabalhar com crianças em vulnerabilidade é aprender todos os dias que não dá pra atuar só com um livro na mão numa realidade de insegurança alimentar.”
(C) “Que perspectiva de vida têm aquelas pessoas que não são alfabetizadas?”
(D) “Comprei livros e li com eles, que também voltaram à escola lendo.”
(E) “A organização surgiu para formalizar um projeto que outros educadores e eu já realizávamos, chamado Leituras Brincantes.”

27 Com relação ao curso de formação realizado pela professora, é INCORRETO afirmar que esse curso é

- (A) prático e objetivo.
- (B) realizado a distância por meio de uma plataforma.
- (C) importante para quem dispõe de pouco tempo e muita vontade de aprender.
- (D) tem como foco a mediação de leitura para o público infantil.
- (E) destinado à melhoria de desempenho no Ensino Médio e no EJA.

28 De acordo com o relato da professora Rebeca, a relação com seus alunos em situação de vulnerabilidade se deu presencialmente

- (A) por meio do *podcast* Educação & Família.
- (B) assim que ela encerrou sua formação em Experiência e Protagonismo: a BNCC na Educação Infantil.
- (C) após o período de isolamento decorrente da pandemia.
- (D) quando ela começou a lecionar na rede municipal.
- (E) na sede do projeto Leituras Brincantes.

29 Aponte o período em que a expressão destacada é um complemento nominal.

- (A) “Entendi que é preciso envolver a família para garantir o direito à aprendizagem das crianças pequenas.”
- (B) “Desde que tive esse choque de realidade pela primeira vez, busco entender o impacto da pobreza no desenvolvimento cognitivo da criança.”
- (C) “Nós pensamos e falamos em educação 24 horas por dia, 7 dias por semana.”
- (D) “Uma parcela relevante deles tem um grau de escolaridade muito básico, o que aumentava o desafio.”
- (E) “Foi por meio desse propósito que me encontrei ao começar a trabalhar com a educação infantil.”

30 A preposição “com” pode indicar companhia, ajuntamento, simultaneidade, modo, meio, instrumento, etc. Em um dos fragmentos a seguir essa preposição indica companhia. Aponte-o.

- (A) “Trabalhar com crianças em vulnerabilidade é aprender todos os dias que não dá pra atuar só com um livro na mão numa realidade de insegurança alimentar.”

(B) “Foi por meio desse propósito que me encontrei ao começar a trabalhar com a educação infantil.”

(C) “Antes disso, atuei com o ensino médio e a educação de jovens e adultos.”

(D) “Durante a pandemia, investi muito no incentivo à leitura para os meus dois filhos. Comprei livros e li com eles, que também voltaram à escola lendo.”

(E) “Elas me dizem que estão com fome, ou que passaram a noite trabalhando, ou mesmo que sofreram algum tipo de abuso.”

Tópico: Lei Orgânica do Município de Niterói

31 A competência do Município de prover tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar da população

- (A) refere-se à competência privativa.
- (B) refere-se à competência comum.
- (C) refere-se à competência suplementar.
- (D) refere-se à competência residual.
- (E) não se refere à competência.

32 Segundo a Lei Orgânica do Município de Niterói, é(são) competência(s) privativa(s) do Município

- (A) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito; registrar concessões de direito de pesquisa.
- (B) preservar as florestas, a fauna e a flora; proteger o meio ambiente e combater a poluição.
- (C) elaborar o orçamento anual e o plurianual de investimentos; fixar locais para estabelecimentos de pontos de táxis e demais veículos.
- (D) dispor sobre registro de vacinação e captura de animais; proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (E) prestar assistência, nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços.

33 Sobre a competência complementar, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ao Município compete complementar a legislação Federal e Estadual, sem necessidade de se deter ao seu peculiar interesse.
- (B) Ao Município compete complementar somente a legislação Federal, no que couber e naquilo que se referir ao seu peculiar interesse.
- (C) Ao Município compete complementar somente a legislação Estadual, no que couber e naquilo que se referir ao seu peculiar interesse.
- (D) Ao Município compete complementar a legislação Federal e Estadual, no que couber e naquilo que se referir ao seu peculiar interesse.
- (E) Ao Município compete complementar os assuntos locais no que couber e naquilo que se referir ao seu peculiar interesse.

34 São condições de elegibilidade para o mandato do Vereador, na forma da lei federal

- (A) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, idade mínima de dezoito anos.
- (B) pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, idade mínima de dezoito anos.
- (C) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, sem idade mínima.
- (D) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, idade mínima de dezesseis anos.
- (E) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, filiação partidária, idade mínima de dezesseis anos.

35 As entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que compõem a Administração Indireta do Município, classificam-se em

- (A) fundação pública e autarquia.
- (B) autarquia, órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura, empresa pública.

- (C) órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura, fundação pública, sociedade de economia mista.
- (D) empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública.
- (E) autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública.

36 As empresas públicas e as sociedades de economia mista, criadas para a prestação de serviços públicos ou como instrumento de atuação no domínio econômico, sujeitam-se

- (A) às normas relativas às licitações e à contratação de pessoal, não definidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Niterói.
- (B) às normas relativas à contratação de pessoal, definidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Niterói.
- (C) às normas relativas às licitações e à contratação de pessoal, definidas na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município de Niterói.
- (D) às normas relativas às licitações e à contratação de pessoal, definidas na Constituição Federal.
- (E) às normas relativas às licitações e à contratação de pessoal, definidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Niterói.

37 Sobre a publicação de leis, decretos, resoluções e atos administrativos municipais dispõe a Lei Orgânica do Município de Niterói. Assinale a opção correta.

- (A) Será feita apenas em órgão da imprensa local.
- (B) Será feita em órgão da imprensa local ou regional.
- (C) Não precisa ser feita publicação.
- (D) Será feita apenas nas redes sociais.
- (E) Será feita por servidores qualificados.

38 Conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município de Niterói, a Administração Pública tem o dever de anular seus próprios atos quando

- (A) eivados de vícios e submetidos à procuradoria.
- (B) eivados de vícios, ainda que não os torne ilegais.
- (C) eivados de vícios, entretanto são legais.
- (D) eivados de vícios que os tornem ilegais.

(E) evitados de vícios, desde que autorizados pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

39 NÃO poderá contratar com o Poder Público Municipal

- (A) pessoa física em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei estadual.
- (B) pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei federal.
- (C) pessoa jurídica e física em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei estadual.
- (D) pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei estadual.
- (E) pessoa física em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei municipal.

40 A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social **NÃO** poderá receber do Poder Público Municipal. Assinale a opção correta.

- (A) Apenas incentivos fiscais.
- (B) Somente benefícios creditícios.
- (C) Benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- (D) Somente benefícios fiscais em casos de anistia.
- (E) Exclusivamente anistia.

Tópico: Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói

41 O Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói dispõe sobre o Acesso. É a elevação do funcionário da classe final de uma série de classes à classe inicial de outra do mesmo grupamento ocupacional, ou diferente, observando o interstício na classe, reservadas

Assinale a opção correta.

- (A) 25% (Vinte e cinco por cento) das vagas para provimento por concurso público ou interno.
- (B) 30% (trinta por cento) das vagas para provimento por concurso público ou interno.

(C) 50% (cinquenta por cento) das vagas para provimento por concurso público ou interno.

(D) 50% (cinquenta por cento) das vagas somente para provimento por concurso público externo.

(E) 60% (sessenta por cento) das vagas para provimento por concurso público ou interno.

42 São requisitos para a posse, segundo o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói:

(A) nacionalidade brasileira ou portuguesa na forma da lei; idade de 18 (dezoito) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo; cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos.

(B) nacionalidade brasileira ou portuguesa na forma da lei; idade de 21 (vinte e um) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo; cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos.

(C) nacionalidade brasileira; idade de 18 (dezoito) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo; cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos.

- (D) nacionalidade brasileira ou portuguesa na forma da lei; idade de 18 (dezoito) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo.
- (E) nacionalidade brasileira, portuguesa ou americana na forma da lei; idade de 21 (Vinte e um) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo; cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos.

43 O Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói dispõe sobre o prazo do início do exercício do cargo. Assinale a opção correta.

- (A) Prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração; da publicação oficial do ato, de provimento em função gratificada.
- (B) Prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração; da publicação oficial do ato, de provimento em função gratificada; da posse, nos demais casos.
- (C) Prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração; da publicação oficial do ato, de provimento em função gratificada; da posse, nos demais casos.
- (D) Prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração; da posse, nos demais casos.
- (E) O Estatuto não prevê prazo do início do exercício do cargo.

44 O Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói elenca os deveres do funcionário municipal. Assinale a opção que descreve ao menos três deveres.

- (A) Assiduidade, lealdade e respeito às normas legais e regulamentares, e aproveitamento.
- (B) Assiduidade, pontualidade, urbanidade, discricção e boa conduta.
- (C) Pontualidade, reversão, acesso e boa conduta.
- (D) Urbanidade, nomeação, reintegração e promoção.
- (E) Promoção, acesso e reintegração.

45 As licenças serão concedidas nos seguintes casos:

- (A) motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; serviço militar obrigatório; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; especial; desempenho de mandato legislativo ou executivo.
- (B) tratamento de saúde; motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; serviço militar obrigatório; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; especial; desempenho de mandato apenas legislativo.
- (C) tratamento de saúde; motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; serviço militar obrigatório; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; desempenho de mandato legislativo ou executivo.
- (D) tratamento de saúde; motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; especial; desempenho de mandato legislativo ou executivo.
- (E) tratamento de saúde; motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; serviço militar obrigatório; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; especial; desempenho de mandato legislativo ou executivo.

46 A falta do servidor ao serviço importará em perda integral das gratificações não incorporadas ao vencimento do respectivo mês, desde que ocorra

- (A) por mais de 2 (dois) dias seguidos ou alternados, desde que não devidamente justificada.
- (B) por mais de 3 (três) dias alternados, desde que não devidamente justificada.
- (C) por mais de 3 (três) dias seguidos ou alternados, desde que não devidamente justificada.
- (D) por mais de 3 (três) dias seguidos, desde que não devidamente justificada.
- (E) por mais de 4 (quatro) dias seguidos, desde que não devidamente justificada.

47 De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói, a responsabilidade administrativa resulta de

- (A) atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedoras apenas da dignidade.
- (B) omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedoras da dignidade e do decoro da função pública.
- (C) atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele.
- (D) atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedoras da dignidade e do decoro da função pública.
- (E) atos praticados ou omissões ocorridas por terceiros no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedoras da dignidade.

48 A pena de suspensão será aplicada ao servidor público do município de Niterói nos seguintes casos:

- (A) falta grave; desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão; reincidência em falta já punida com pena de repreensão.
- (B) falta grave; desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão; reincidência em falta já punida com pena de suspensão.
- (C) falta grave; desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão; reincidência em falta já punida com pena de advertência.

(D) desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão; reincidência em falta já punida com pena de repreensão.

(E) falta grave; reincidência em falta já punida com pena de repreensão.

49 Nos casos de ausência ao serviço, sem causa justificada, por mais de 60 (sessenta) dias, intercaladamente, durante o período de 12 (doze) meses, será aplicada a pena de

- (A) advertência verbal.
- (B) suspensão.
- (C) multa.
- (D) repreensão.
- (E) demissão.

50 Conforme estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói, prescreverá em

- (A) 1 (um) ano a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 2 (dois) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (B) 2 (dois) anos a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 5 (cinco) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) 2 (dois) anos a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 4 (quatro) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (D) 4 (quatro) anos a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 2 (dois) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (E) 5 (cinco) anos a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 4 (quatro) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.